

# Investidores americanos apostam em FH

03 OUT 1994

JOSÉ MEIRELLES PASSOS  
Correspondente

Editoria de Arte

## Almanaque das eleições no Brasil

### 1. Os presidentes eleitos pelo voto direto

1945 - Eurico Dutra  
1950 - Getúlio Vargas  
1955 - Juscelino Kubitschek  
1960 - Jânio Quadros  
1989 - Fernando Collor

### 2. Voto da mulher, do analfabeto, do jovem e do idoso

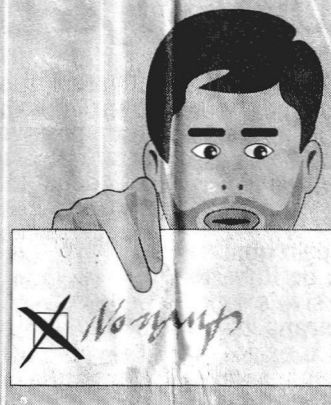
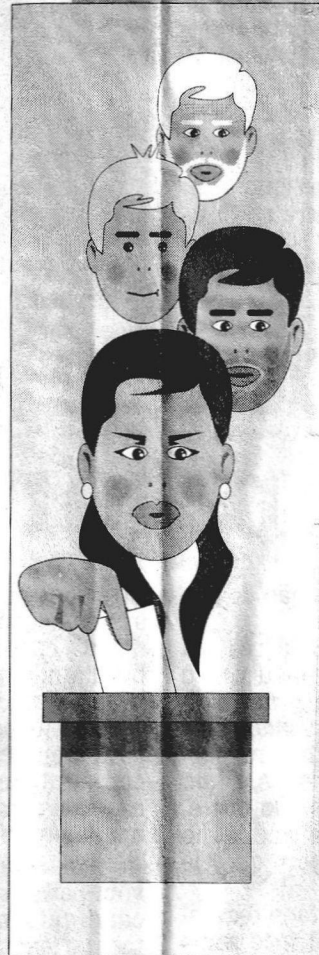
O voto feminino foi garantido a partir do Código Eleitoral de 1932 e inscrito na Constituição a partir de 1934. O analfabeto, que tinha direito a voto durante o Império, foi excluído do eleitorado a partir da Constituição de 1891. Só a Constituição de 1988 viria restituir o voto ao analfabeto, mas em caráter facultativo. É também facultativo o direito de voto conferido pela Constituição de 88 aos jovens entre 16 e 18 anos e aos maiores de 70 anos.

### 3. Criação da Justiça Eleitoral

Reivindicação do Tenentismo e da Revolução de 30, a Justiça Eleitoral foi instituída pelo Código Eleitoral de 1932. Criaram-se o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os TREs.

### 4. Cédula única

Até 1945, as cédulas continham o nome de apenas um candidato. Impressa ou manuscrita, era também publicada nos jornais. Ao eleitor bastava recortar, pôr num envelope e depositar na urna. A partir de 45, as cédulas (ainda individuais) passaram a ser impressas e distribuídas pelos partidos. Na eleição presidencial de 55, a cédula passou a ser única, isto é, a conter o nome de todos os candidatos a eleições majoritárias. Naquela eleição ainda foi impressa (segundo modelo aprovado pelo TSE) e distribuída pelos partidos. A partir de então, as cédulas passaram a ser impressas e distribuídas exclusivamente pela Justiça Eleitoral.



### 5. Título de eleitor

Instituído ainda no final do Império, pela Lei Saraiva (1881). Do título constavam nome, data de nascimento, filiação, estado civil e profissão, mas não o retrato do eleitor. Com isso, proliferou-se o eleitorado "fantasma" (mortos, crianças, eleitores cadastrados em outros municípios). Em 12 de novembro de 1953, a Lei 284 passou a exigir o retrato do eleitor no título. O recadastramento que se seguiu diminuiu em 8,7% o eleitorado brasileiro, com o fim do eleitor "fantasma". O título manteve-se inalterado até 1986, quando se realizou novo cadastramento. A informatização da Justiça Eleitoral e o aumento dos instrumentos de controle dispensaram o retrato do eleitor no título. Entretanto, alguns presidentes de mesa passaram a exigir também a apresentação da carteira de identidade.

### 6 A extensão do sufrágio

Durante o Brasil-Colônia, o voto era censitário, limitado aos possuidores de uma renda igual ou superior a 25 quintais (1,5t) de mandioca. Os eleitores eram apenas os homens livres do sexo masculino (alfabetizados ou não). A Constituição de 1891 instituiu o sufrágio universal, mas com limitações: ficavam fora analfabetos - que perderam direito ao voto -, mulheres, mendigos, praças-de-pré e clero regular. O Código Eleitoral de 1932 manteve o sufrágio universal, mas ainda com limitações. Embora mulheres e religiosos tivessem conquistado o direito ao voto, o código ainda excluía analfabetos, mendigos e praças-de-pré. O alargamento dos limites do sufrágio só viria a acontecer na Constituição de 88, tornando o voto facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos. No caso dos militares, só ficaram excluídos os recrutas, durante a prestação do serviço militar obrigatório.

03 OUT 1994

O GLOBO

WASHINGTON — Os americanos estão muito interessados nas eleições brasileiras. Em especial, os que dispõem de dinheiro para investir no exterior. A maioria deles torce por uma vitória de Fernando Henrique Cardoso, a julgar por análises feitas por consultores de financeiras de Wall Street e pelo noticiário dos grandes jornais dos Estados Unidos, que vêm dedicando bom espaço ao assunto.

Uma vitória de Luiz Inácio Lula da Silva é tida como improvável pelos corretores do mercado americano.

— Muitos investidores, sobretudo aqueles que ainda encaram o Brasil como um risco, estão à espera dos resultados. Uma vitória de Fernando Henrique poderá deflagrar um fluxo de capital muito grande no país — disse Rosana Aldworth, analista da S.G. Warburg, de Nova York.

As ações de empresas brasileiras já tiveram seu valor aumentado cem por cento este ano, no mercado americano. E a expectativa é de que a procura por elas será ainda maior, especialmente se Fernando Henrique vencer logo no primeiro turno.

Sob o título de "O Brasil entra no mundo", o jornal "New York Times" publicou um pequeno artigo ontem em seu caderno de negócios, dizendo que "se, como esperado, Fernando Henrique for eleito, o Brasil poderá finalmente entrar no caminho que lhe dará um peso muito maior na economia mundial".

●FRANÇA — A crise no Haiti e o crescente envolvimento dos americanos numa situação que se deteriora a cada dia concentram as atenções do noticiário na França sobre a América Latina. Apenas o "Le Monde" dedicou, neste fim de semana, espaço em sua primeira página às eleições de hoje, sob o título "Uma vitória programada no Brasil", acrescentando que Fernando Henrique deve ganhar no primeiro turno.